

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO
DE 2024-----**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Rui Manuel da Costa Melo, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e três minutos, tendo seguidamente colocado à votação a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. Neste período de intervenção do público, temos o senhor Baltasar Lopes, faça favor.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Boa tarde senhor Presidente, senhores Vereadores, técnicos da câmara e comunicação social. -----

Uma vez mais, venho a esta casa para falar da Associação de Eventos de Aldeia Viçosa. Como o senhor Presidente e os senhores Vereadores devem saber é uma associação que tem tido várias atividades. Neste fim de semana, comemorámos o

Dia Mundial da Poesia e a Feira do Livro que correu muito bem e até apresentámos uma curta-metragem da Balada da Neve. Isto já vem no âmbito do plano de atividades que a Associação de Eventos entregou na Câmara Municipal, no qual se encontra discriminado: em março o Dia Mundial da Poesia, em abril a Feira Medieval, em maio a Festa da Cereja, em julho a Noite Branca e a Festa da Espuma, em agosto o Festival de Peixes do Rio, em setembro o Festival de Sopas, em outubro a Festa dos Míscaros e em dezembro a Mega Lagarada. -----

A associação entregou na Câmara, não só o plano de atividades como também o relatório de todas as atividades realizadas no ano passado. É uma associação que realiza os eventos e entrega o referido relatório. Acontece que em janeiro, a associação enviou um pedido ao senhor Presidente a solicitar um apoio extraordinário, porque a Feira Medieval iria ter um custo mínimo de 15 mil euros. Nós não pedimos os 15 mil euros, pedimos um apoio extraordinário. Até à semana passada não houve resposta nenhuma. Por isso, é que eu solicitei à Câmara para vir aqui à reunião para o senhor Presidente me explicar qual é o motivo, pelo qual esta associação não é contemplada como outras. -----

Temos o plano de orçamento, temos o plano de atividades, temos o relatório, temos certidões de não dívida à segurança social e às finanças e o senhor Presidente na resposta que nos deu, na quinta-feira, diz que não nos contemplava, porque não se enquadrava no âmbito do Regulamento de apoio às associações. Eu acompanho a vida autárquica e vejo que, praticamente, em todas as reuniões de Câmara vêm apoios extraordinários às associações. Algumas nada fazem, há associações (que eu sei) que nem o plano de atividades entregaram no ano passado e foram contempladas com verbas. -----

Aqui só há um senão: é que essas verbas, se calhar, só me são atribuídas, eventualmente, mediante uma declaração: ou serei candidato pelo PG, ou já fui candidato pelo PG ou apoio o PG. Se eu tivesse aqui uma declaração destas a dizer isto, de certeza que o senhor Presidente apoiaria, porque não há outra maneira de dizer porque é que o senhor Presidente não apoia esta associação. -----

Relativamente à Feira Medieval de Aldeia Viçosa, eu tive oportunidade de dizer à senhora Vice-Presidente, numa reunião que tivemos, o que vai ser esta Feira Medieval. Esta Feira Medieval, neste momento, já tem cinquenta e cinco expositores desde o Algarve, Espanha e o país inteiro, já não conseguimos ter mais capacidade. Como é que uma Câmara Municipal, sendo um evento destes, nem sequer atribui 500 euros, mil euros, um apoio extraordinário. Nós estamos a fazer publicidade paga em Espanha e em Portugal. De Espanha já fomos contatados por duas empresas de autocarros de Salamanca, para saber mais informações. Isto atrai pessoas para o concelho da Guarda e nós precisamos de pessoas, até porque Aldeia Viçosa está a meia dúzia de quilómetros dos Passadiços e era de aproveitarem visitar a Feira e os Passadiços. -----

Eu gostava que o senhor Presidente me explicasse: porque razão é que quase todas as associações têm um apoio extraordinário e estão contempladas no Regulamento e nós que temos aqui tudo não estamos contemplados no Regulamento?” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Muito obrigado. Senhor Baltasar, aquilo que eu refiro é aquilo que já foi referido, variadíssimas vezes, quando o senhor vem cá com o mesmo assunto. Portanto, os apoios às associações culturais, como é o caso, serão devidamente aprovados após a análise técnica dos planos de atividades e tudo isso que os técnicos nos farão chegar. Aliás, está para chegar, a todo o momento, para depois nós aqui podermos tomar decisões em reunião de Câmara. Portanto, todo e

qualquer apoio dessa índole que o senhor acabou de referir, tal como já lhe referi várias vezes, é no âmbito do apoio às associações culturais como de outras que existem nesse Regulamento. -----

Deixe-me clarificar, também, que não corresponde à verdade aquilo que o senhor referiu que praticamente todas as associações têm apoios extraordinários. É normal que lhe suscite alguma dúvida, quando o senhor vê na ordem de trabalhos um determinado apoio extraordinário à associação “A” ou à associação “B”. Deixe-me clarificá-lo que as exceções que têm havido nesta Câmara, com a concordância de todos, têm a ver essencialmente com as associações desportivas (no caso concreto da aquisição de uma viatura para o transporte das suas equipas) onde temos um plafond máximo estabelecido, com a concordância de todos. O mesmo é dizer em relação às IPSS, com o apoio que nós demos para a elaboração dos seus projetos para candidaturas a fundos comunitários, portanto é aquilo que temos vindo a falar nesta reunião de Câmara e, portanto, os apoios têm-se cingido essencialmente a esta matéria. -----

Eu não tinha que lhe dar esta explicação, porque isto está tudo vertido nas atas, está lá tudo muito bem escrito, mas “a talhe de foice”, naturalmente, devo dizer-lhe que é assim que as coisas se processam. Portanto, como apresentou o plano de atividades, onde referiu que tem lá um conjunto de iniciativas, ainda bem que tem, aliás há um conjunto de associações do nosso concelho que, de facto, vai realizando algumas iniciativas da sua responsabilidade. Não podem é estar sempre à espera que seja a Câmara da Guarda a subsidiar, duma forma extraordinária, as suas iniciativas. -----

E, por isso, é que há um Regulamento e que até está em processo de revisão, mas até que o outro Regulamento esteja em vigor é este, naturalmente, que irá ser aplicado.

Não sabemos qual é que é o valor que os técnicos irão propor e, portanto, nessa altura então ir-se-á aqui discutir na reunião de Câmara esse ponto também.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “O senhor Presidente está a faltar à verdade.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, só uma questão, o senhor não use essa expressão nesta Câmara. Se o senhor, lá fora, quiser usar essa expressão faça o favor de usar essa expressão. Aqui dentro, o senhor está perante um órgão autárquico e o senhor aqui não deve usar essa expressão. Portanto, fale rapidamente na réplica que é para terminarmos o assunto e darmos início à reunião de Câmara.”-----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “O senhor Presidente também não pode, perante os Vereadores e os técnicos, faltar à verdade. O senhor Presidente diz que nós não fazemos as atividades para a Câmara pagar, agora pergunto: qual foi o montante que a Câmara já deu para todas as nossas atividades, desde o ano passado (tivemos que pagar a ocupação de via pública e tudo isso)? Qual foi a verba que a Câmara Municipal já deu a esta associação? -----

Não acha, senhor Presidente, que esta associação já fez atividades suficientes para ter o reconhecimento do senhor Presidente e da Vereação, para ter um apoio mínimo?

Aliás, não parece nada, porque são sempre convidados e nunca aparecem nas atividades. Se calhar, se fosse uma atividade para comer uma febra e beber um copo de vinho apareciam. Agora, atividades culturais que são reconhecidas no distrito e no país, tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente e os senhores Vereadores têm conhecimento das atividades que nós fazemos e que fazemos bem. -----

Agora digo, depois do nosso pedido já houve outras associações que fizeram pedidos e foram concedidos, portanto, onde é que está o Regulamento? Porque é que o Regulamento não dá apoio a uma atividade como a Feira Medieval, a realizar daqui

a um mês? A Câmara Municipal não tem tempo, não tem técnicos para dizer: vamos dar um apoio de 500 euros, 100 euros, pelo menos dizer: vamos colaborar. -----
Eu julgo que o senhor Presidente não é Presidente de algumas associações, nem de parte do concelho. O senhor Presidente deve ser Presidente de todas as associações e de todos os eleitores e cidadãos da Guarda, julgo eu, para isso é que foi eleito. O senhor Presidente diga-me, quando é que a Câmara Municipal vai dizer assim: a Associação de Eventos de Aldeia Viçosa tem direito a “X”? É isso que queremos saber, porque a Feira é daqui a um mês e nós temos que saber, minimamente, como é que vamos fazer as coisas, porque andamos a arrastar, a arrastar e ainda há de vir a próxima Feira Medieval e nós andamos aqui a arrastar. Basta dizer: daqui a um mês, dois ou três damos “X”, que é para sabermos. Não vamos andar aqui a ..., eu até ia dizer um termo, mas não posso, estou num órgão autárquico. Era isso que eu gostaria de saber.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, primeiro deixe-me dizer-lhe que o senhor não me dá lições nem de política nem de equidade. Pode dar a muitas pessoas, a mim não me dá, nem de política, nem de equidade, nem de legalidade das coisas, aí o senhor não me dá lição absolutamente nenhuma, para que conste. -----

Depois o senhor citou aí ao estilo mais brejeiro, cada um tem o seu estilo, não ponho isso em causa, algumas considerações que só o vinculam a si: declarar serem candidatos de uma força política ou da outra. Estou perfeitamente à vontade, ainda na última reunião de Câmara aqui foi aprovado uma coisa qualquer relacionada com pessoas que até foram candidatas noutras listas, isto é mesmo o exemplo da democracia, da equidade e da legalidade das coisas. -----

Portanto, tal como lhe referi os apoios à sua associação e a outras associações estão a ser analisados e, no mais curto espaço de tempo possível, virão à reunião de Câmara

para poderem ser, esperamos nós, aprovados e será comunicado o valor que nos termos do Regulamento vos será subsidiado ou vos será aplicado. Muito obrigado pela sua presença.”-----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar já respondi à questão, há mais algum outro assunto? Senhor Baltasar, já respondi, o assunto está encerrado. O senhor fez questões, até fez uma réplica que eu deixei fazer, e eu respondi, portanto, o assunto está encerrado.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Eu ainda estou dentro do tempo.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desculpe, aqui não é uma questão de tempo. Vou dar-lhe a última oportunidade para o senhor concluir e depois ausentar-se, mas conclua rápido para ver se vai acrescentar mais alguma coisa ou não, porque isto não é a casa da mãe Joana. É a casa onde a Câmara Municipal da Guarda toma as suas decisões, não é nenhuma brejeirice o que estamos aqui a fazer, portanto tem trinta segundos para concluir.”-----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “O senhor Presidente disse que nós fazíamos os espetáculos e a Câmara pagava, não! Quem paga são os munícipes. Eu como autarca também gostava de saber se há um Regulamento para levar os Presidentes de Junta a passear e a comer no melhor hotel de Manteigas, se para isso também há Regulamento. Eu também sou autarca, também estou a pagar para isso e sou cidadão. Já agora, saber se também há Regulamento para esse tipo de campanha eleitoral.” -

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mais alguma questão, senhor Baltasar? Muito obrigado. Já agora deixe-me só referir-lhe que (não veio à Câmara, porque não tinha que vir à Câmara essa decisão) o senhor como autarca também pode falar sobre isso na sua Assembleia de Freguesia: o montante que a Câmara da Guarda teve que pagar,

há bem pouco tempo, 240 mil euros por causa das dívidas da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa. Portanto, o senhor se não sabe oficialmente passa a saber que foi o que a Câmara da Guarda teve que pagar há cerca de um, dois meses sensivelmente, talvez mais já não me recordo. É bom saber, também, onde é que anda o dinheiro dos contribuintes guardenses. Muito obrigado senhor Baltasar.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Defesa da honra.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desculpe senhor Baltasar, eu não o ofendi na sua honra.”-----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Desculpe. Defesa da honra.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar tem mais alguma coisa a acrescentar em relação ao assunto?” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Defesa da honra.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desculpe, aqui o senhor não está numa Assembleia senhor Baltasar. O senhor tem que perceber que não está numa Assembleia da qual faz parte. O senhor está aqui como um cidadão deste concelho que quis ser ouvido, já lhe demos a palavra, o senhor já falou o que quis e o que não quis, portanto, o assunto está encerrado.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Desculpe, mas o senhor Presidente também falou o que não devia falar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, o senhor falou da questão do dinheiro dos contribuintes guardenses e eu referi-lhe uma situação que recentemente nos levou a isso.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Mas as obras estavam feitas. Não foi pago de dinheiros..., não foi para pagar escadas para particulares fazerem o casamento. Não foi para pagar escadas!”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mas tem alguma coisa a dizer em relação a isso das escadas?” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Pois tenho! E o senhor Presidente sabe muito bem.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito bem. Que conste em ata tudo o que aqui está a ser referido, se faz favor.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “O senhor Presidente sabe muito bem, aliás eu até tive o cuidado de lhe enviar um bocadinho da ata.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Que conste em ata tudo o que aqui está a ser referenciado. Muito obrigado senhor Baltasar. Pode sair.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Desejo a todos uma boa Páscoa.” -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

No período Antes da Ordem do Dia, duas ou três notas breves. A Feira de Antiguidades e Colecionismo da Guarda está de regresso à nossa Praça Velha e este ano mais cedo. A iniciativa irá decorrer no primeiro domingo de cada mês, entre abril e outubro, na Praça Luís de Camões (na Praça Velha) e na Rua do Comércio que voltam a ser os locais de eleição para os vendedores deste certame que pretende atrair ao Centro Histórico da Guarda visitantes, turistas e colecionadores vindos do concelho, mas também de toda a região. A Feira realizar-se-á nos dias sete de abril, cinco de maio, dois de junho, sete de julho, quatro de agosto, um de setembro e seis de outubro. Estas são as datas previstas para esta iniciativa numa organização do município da Guarda. -----

O contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que operacionaliza a estratégia de investimentos territoriais das Beiras e Serra da Estrela foi assinado, no passado dia dezanove de março, na Guarda pela Comissão Diretiva do Programa 2030 da CCDR, a sua Presidente e a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da

Estrela. Recordamos que a estratégia de investimentos territoriais integrados das Beiras e Serra da Estrela prevê um investimento total de cerca de 16 milhões de euros de fundos europeus até dois mil e trinta para o Município da Guarda, apenas neste programa operacional.-----

Por último, dar nota que na passada quinta-feira, vinte e um de março, acompanhámos o senhor Ministro da Administração Interna, Doutor José Luís Carneiro e a Secretária de Estado da Proteção Civil, Patrícia Gaspar numa visita às instalações da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da Guarda, visita que teve como objetivo verificar as obras que decorrem nas instalações da sede desta unidade.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Talvez precisássemos de fazer um *rewind* desta reunião e começar de novo, como se nada tivesse existido. Eu até preferia assim, porque eu também tenho que dizer algumas coisas que estão aqui elencadas relativamente àquilo que têm sido os acontecimentos na nossa cidade. -----

Hoje é dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e quatro, exatamente daqui a um mês, como diria o *Monsieur de la Palisse*, será o dia vinte e cinco de abril do mesmo ano. Desde, pelo menos, setembro do ano passado que existe uma comissão organizadora das festividades e da comemoração de uma data tão importante. Tão importante como a dos quarenta e nove anos ou como a dos cinquenta e três, mas por ser um número redondo para fazer uma comemoração mais substantiva, digamos assim. Tem havido uma iniciativa, outra iniciativa, existem pelo menos duas feitas por cidadãos, por grupos de cidadãos ou por instituições da cidade que por sua própria iniciativa as fizeram. Mas, aquilo que foi a comissão nomeada, aquilo que foi a promessa de uma comemoração, de uns tempos de comemoração dignos desse

nome tem-nos passado muito ao lado. Estamos em cima do acontecimento. Daqui a um mês estaremos aqui, provavelmente, a comemorar o dia 25 de Abril. -----

A Câmara está ausente de todas aquelas atividades que até agora houve, que foram poucas, obviamente e não vemos, contrariamente a uma boa parte das restantes Câmaras do país, qualquer esboço de atividade. Os grupos da oposição têm pedido, por diversas vezes, um ponto de situação sobre aquilo que vai acontecer e nós não sabemos, eu não sei de nada, pode ser que alguém saiba. Mais estranho ainda, na semana passada, indo às compras de carro passo perto do Colégio de São José, na rotunda que está construída para dar vazão ao trânsito daquela zona, perto do sítio onde estive a estátua do nosso Cónego Álvaro Quintalo, e vejo a terra mexida. ----

Eu vivo nesta cidade, sou cidadã, que eu não saiba o que se passa na cidade muito bem. Entendi que aquilo seria uma obra para colocar umas flores ou, enfim, estamos no princípio da primavera seria para arranjar qualquer coisa, pensei eu. Falando num café, acerca da questão, disseram-me que era para um Monumento ao 25 de Abril. Quer dizer, a minha cara não terá sido propriamente uma cara simpática, porque além de cidadã, além de membro de algumas associações desta terra, embora tenha tido toda a minha vida uma atividade social e dentro da Pólis, minimamente interessada e integrada, mas pelo menos enquanto Vereadora eu não sei o que se passa. Eu considero isto do mais lamentável que existe e porquê? -----

A Vereação da Câmara é um órgão colegial, dentro desse órgão colegial existe o executivo que pode ser constituído apenas por elementos do partido mais votado, podem participar no executivo todas as pessoas que a Câmara assim entender. A Vereação foi constituída, exclusivamente, por membros da confiança e da indicação do senhor Presidente que é o representante da coligação vencedora, mas isso não lhe dá o direito a ser a Guarda. Luís XIV dizia no auge do seu Império “*L'état c'est moi*”

- O Estado sou eu, e nós estamos quase aqui a dizer a Guarda é o senhor Presidente Sérgio Costa.-----

Eu senti-me quase humilhada. Como é que é possível isto estar a acontecer e eu membro desta Vereação pura e simplesmente não saber. Eu julgo que é altura, senhor Presidente, de fazer um ato de contrição. Um ato de contrição por tudo aquilo que o senhor está a pecar, relativamente à sua obrigação de tratar esta Câmara como uma instituição democrática e os seus Vereadores como seus pares. Não é isso que tem sucedido e eu lamento profundamente estar a dizer isto ao fim de poucos meses que estou neste local. É lamentável! -----

Mas há mais, a dezasseis de março realizou-se uma jornada de trabalho (é o pomposo nome que teve) para uma visita às boas práticas da região da Serra da Estrela. Foram convidados todos os Presidentes de Junta do concelho da Guarda, todos os Presidentes das Assembleias de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e eu, como Vereadora, não fui convidada. Não sei se mais algum dos senhores Vereadores, que não pertence ao executivo, foi convidado ou não, eu não fui. -----

Interessante, seguramente, ir apresentar as boas práticas na região da Serra da Estrela e a primeira serra onde vão parar é à Serra da Gardunha. Com certeza que têm boas práticas, seguramente, não tenho dúvidas nenhuma disso, até seguramente melhores que as nossas. A verdade é que o ponto seguinte foi o Centro de Limpeza da Neve, enfim. Depois um almoço no Hotel Vila Galé e depois uma ida a Valhelhas, enfim. Muito bem. O senhor Presidente tomou essa decisão, fez esse convite e agora há coisas que eu enquanto cidadã, mas acima de tudo enquanto Vereadora quero saber: Primeiro - quais foram as conclusões retiradas desta visita? Uma visita com este

aparato, com este número de pessoas, com esta pompa, seguramente que tirou conclusões; -----

Segundo - esta Câmara vive do erário público, não vive do ordenado de cada um de nós e o erário público é dado por cada cidadão. Eu enquanto Vereadora e enquanto cidadã quero saber, e tenho a certeza que tenho direito a isso: quanto se gastou? Onde se gastou? Quais foram, já fiz essa pergunta, as conclusões que se tiraram relativamente a isto?-----

Enquanto isto, o que é que acontece na nossa casa: (eu não vou entrar noutros pontos, a não ser no que vou dizer agora) continuamos com a cidade suja, continuamos com os ecopontos sujos, continuamos com a recolha de resíduos mal feita, continuamos com a cidade a envelhecer. Eu considero isto muito deprimente. -----

Terceiro - não posso deixar de ouvir aquilo que disse o senhor Baltasar Lopes (que é um autarca, que já foi Presidente da Junta de Aldeia Viçosa) e pegar naquilo que tem sido uma insistência de todos, pelo menos dos socialistas, mas também acompanhado pelos restantes Vereadores. Quero saber qual é o Regulamento da atribuição dos subsídios às diversas instituições e aos subsídios extraordinários? Já foi prometido ser-nos entregue esse Regulamento ao longo de várias reuniões e ainda nunca chegou. Ficámos também a saber, com esta intervenção do senhor Baltasar Lopes e na resposta que o senhor Presidente deu, que existem uma série de associações e outras entidades que pedem apoios, mas que aqui só nos chegam aqueles que foram previamente aprovados. -----

Qual é a razão pela qual nós, enquanto Vereadores desta Câmara, não sabemos quais foram aqueles que foram pedidos (e não sabendo), porque é que não é publicitado, publicado e divulgado o Regulamento de todas estas questões. E para que isto siga o seu normal caminho vou dizer o seguinte: numa das reuniões anteriores nós

aprovámos um subsídio à associação “Os Serranos” de Newark nos Estados Unidos. Eu pedi para me mostrarem qual era o documento que instruía o pedido (que me foi entregue) e o pedido era de 2 mil euros e quando chegámos ao fim das contas o que foi decidido foi 3 mil e 500 euros. Eu penso que não estou enganada se estou enganada corrijam-me, porque volto já atrás e retiro o que disse, mas penso que é exatamente assim. Aquilo que foi pedido foi 1500, aquilo que foi dado foi aquilo que eles pediram que foi 2 mil, mas depois a estes 2 mil juntaram mais 1500 que tinham sido pedidos. Tudo isto é muito pouco claro e muito menos claro são as viagens que durante estes últimos dias foram feitas a Newark por pessoas próximas da Câmara e da Vereação ou do que quer que seja. -----

Só em nota de rodapé, quero dizer que os bebedouros do parque Pólis (da zona do passeio dos animais) não funcionam, assim como continuam sem funcionar os pontos de água para os cidadãos utilizarem. Disse.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente parece que, e depois da intervenção que vou fazer, há um pano de fundo que o senhor Presidente está a governar para um setor específico da população. Ouvimos o Presidente de uma associação, agora ouvi a minha colega Vereadora do Partido Socialista, onde efetivamente o que resulta são eventos, atividades que o senhor Presidente tem como opção política fazê-las, mas também cabe à oposição perguntar a razão das mesmas. -----

Começando pela primeira, eu queria questionar: nós temos assistido neste espaço e nas várias reuniões de Câmara a um rodar constante de cadeiras. Hoje, temos aqui duas pessoas novas, que conheço muito bem, mas do ponto de vista oficial não as conheço. Não sei o que é que estão aqui a fazer, não sei porque razão é que estão aqui e que funções exercem. Penso que no exercício democrático, daquilo que são

as suas competências, mas também do dever de estar informado que o senhor tem para com a oposição, existe efetivamente aqui (eu não digo falta de respeito, falta de espírito democrático) uma violação clara daquilo que é o seu dever de informar as funções que retirou a alguém. Porque motivo saíram? Porque motivo não estão aqui? E, as razões pelas quais nós temos dois elementos novos nesta Câmara? -----

Esta devia ser logo a primeira questão, que devia ser colocada aqui pelo Senhor Presidente, para informar a oposição do que é que aconteceu para ter aqui novos elementos na reunião de Câmara. O senhor não o fez. Ficaria bem, com o respeito que a oposição merece, que fossemos informados. Nós não usámos deste tipo de intervenção anteriormente, porque achámos que, se calhar, a primeira vez foi um esquecimento, a segunda vez se calhar não foi oportuno, mas à terceira nós temos que, definitivamente, interpelar o senhor Presidente neste sentido, porque ficava-lhe bem informar a oposição. É seu dever também explicar à oposição a suas opções e a razão funcional de termos, hoje aqui, nesta reunião duas novas pessoas que eu respeito, mas que efetivamente não sei o que estão aqui a fazer.-----

Depois, a senhora Vereadora Adelaide Campos, do Partido Socialista, já focou, de facto, nós ouvimos no café, ouvimos nos jornais, nos jornais até ouvimos que é o primeiro Presidente da Câmara que faz uma obra a favor do 25 de Abril. Bem, eu penso que esta obra tem a ver com os cinquenta anos do 25 de Abril, porque o 25 de Abril foi sempre uma data bem comemorada por todos os Presidentes de Câmara até este momento. Mas, efetivamente, quando a informação não é veiculada da melhor forma, de forma direta e nos locais próprios, aliás o senhor Presidente apela tanto que a informação ocorra nos locais próprios, apelando também, até, ao recato, mas a verdade é que tudo se sabe, porque alguém sugere essa informação e é usada depois

desta forma tão díspar que, de facto, coloca em causa o bom funcionamento das instituições. -----

A oposição é informada de projetos que têm algum interesse para a população, concretamente estamos numa data marcante, como foi dito os cinquenta anos do 25 de Abril. Portanto, nós questionamos não a opção, mas efetivamente temos um local novo, temos uma avenida do 25 de Abril, mas que não tem nada a ver com a estátua do 25 de Abril. Sabemos qual é a empresa, por ajuste direto, que fornece esta obra, mas gostaríamos de ser ouvidos e dizer ao senhor Presidente: porque não um concurso de ideias? Porque não valorizar este projeto e abri-lo à sociedade?-----

Princípio do início das minhas palavras: será que o senhor Presidente governa para um setor específico da população da Guarda? Governa com um setor específico da população da Guarda? -----

Eu não queria acreditar nisso, mas as coincidências são tantas que nós hoje ficamos aqui perplexos. Uma obra daquela natureza, naquele local, era importante colocar a debate. O senhor Presidente recorda-se, há uns meses largos, quando se discutia a Casa da Legião, o senhor Presidente foi um democrata, o senhor Presidente quis ouvir a população, se calhar, também quis ouvir os Vereadores. Mas nesta matéria, porquê ali naquele local? Não informou os Vereadores da sua opção, do que ia fazer e a forma como o fez. A verdade é que a obra está ali a nascer, sabemos que custa 106 mil euros. Sinceramente, estas coisas nos tempos que correm e nos que aí vêm devíamos repensar bem se uma rotunda vale 106 mil euros, mas sabemos que não custa 106 mil euros, porque toda a infraestrutura de uma obra daquelas custará não tanto, mas custará ainda alguns milhares largos de euros. -----

A questão: um Monumento importante, a população com certeza concordará, a Vereação também não se opunha, mas a forma, o contexto e a opção que o senhor

Presidente tomou, nestas duas questões concretas, impunha-se também que olhasse para a oposição de forma mais competente, mais eficaz e pudesse informar, devidamente e no local certo da sua opção, concretamente da nova localização de uma obra de arte feita por uma empresa da Guarda (muito bem). No entanto, gostaríamos de ter sido chamados também ao processo, ainda para mais porque fazemos parte da Comissão de Honra do 25 de Abril, já não vou questionar o que se tem feito, porque já se questionou e concordo com as questões que foram colocadas, mas efetivamente sendo Vereadores, sendo da Comissão de Honra do 25 de Abril impunha-se também, por maioria de razão, que nós pudéssemos aqui completar, apoiar, trazer algum aporte àquela que foi a sua decisão ou a decisão do executivo em fazer esta obra na rotunda da Avenida Monsenhor Mendes do Carmo. -----

Depois, nós sabemos que o senhor Presidente não se furta ao apoio e à atribuição de subsídios a diversas instituições, também pode dizê-lo com a cooperação da oposição, mas temos que olhar para aquilo que foi aqui colocado por um cidadão, que é Presidente de uma associação. Na verdade, os apoios extraordinários sempre se aplicaram, sabemos que os apoios extraordinários têm os dias contados, o senhor Presidente já o disse, mas a verdade é que em todas as reuniões temos efetivamente apoiado e aprovado esses apoios extraordinários. -----

Se a realidade demonstra que há atividade por parte desta associação, falo desta porque veio aqui hoje, falaria de outra qualquer nas mesmas circunstâncias, é evidente que se tem sido até hoje, até com a colaboração da oposição, a atribuição de subsídios quer ordinários quer extraordinários, justificaria, mas o melhor juízo seria feito pela Câmara e, aí acreditando que como disse os eventos, os acontecimentos sucedem-se e surgem naquela Freguesia que, mais ou menos, seja

feita essa avaliação e que efetivamente esta associação também, como as outras, deve ser apoiada. -----

Por último, eu fui notificado, o senhor Presidente também terá sido notificado com certeza, porque sabe bem que fez um ofício, enquanto Presidente da Câmara Municipal, à Magistrada do Ministério Público Coordenadora da Comarca da Guarda em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, sobre a famigerada questão do hospital no matadouro e, a declaração de nulidade dessa deliberação. --

Foi feito um ofício, digo-lhe já que relativamente a esse ofício nem tenho nada a opor, porque na verdade é competência dos órgãos municipais, quando há dúvidas, que suscitem essas dúvidas e que se resolvam. -----

E o senhor fez bem, porque eu li o ofício e concordei com aquilo que tinha sido feito pelo senhor Presidente quando quis perguntar se a deliberação, que tinha sido tomada em Câmara Municipal, estava ou não de acordo com as regras, a Lei e a matéria em si se estava ou não de acordo com a Lei. -----

O problema é aquilo que o senhor, por três vezes, referiu a jornais locais sobre a atuação do anterior executivo, em relação a esta matéria. Evidentemente, que todas as suas declarações e as minhas foram tidas em conta pelo Ministério Público. Eu não poderia deixar de, hoje aqui, também dar nota deste assunto, porque muita tinta correu nos textos que por aí foram publicitados da sua lavra. Como tal, tendo hoje aqui o arquivamento do processo, não posso deixar de marcar este momento com as seguintes palavras e passo a citar: “(...) afigura-se que a factualidade apurada é insuscetível de consubstanciar a prática do crime de prevaricação, abuso de poder ou qualquer outro. Nada se apurou, em todo o caso, no sentido de que, ao ter proposto e assinado o memorando em análise, Carlos Alberto Chaves Monteiro tenha atuado com a intenção de obter benefícios para si e/ou de favorecer os seus parceiros, nem

de prejudicar a prossecução do interesse público, concretamente do município da Guarda.” -----

Recordo que uma das palavras chave do senhor Presidente era exatamente o negócio ruinoso para a Guarda, portanto esta é a primeira conclusão e desmonta-se, aqui já, aquela sua vontade em demonstrar à Guarda que o que foi feito não foi mais do que um negócio ruinoso para a Guarda. -----

“O Carlos Monteiro referiu que desconhecia as empresas em causa e teve somente a intenção de proporcionar um significativo incremento na oferta ao público de serviços de saúde, de que a população carece, bem como de serviços de apoio à população sénior, dotando a cidade e a região de equipamentos de alta qualidade, além de constituir um estímulo à atividade económica local, não só pelos postos de trabalho, diretos e indiretos que iria criar, mas também pela promoção de toda a atividade económica relacionada com o projeto designadamente, comércio e serviços, restauração e habitação.”-----

Isto não sou eu que digo, é o Ministério Público.-----

“Nenhum elemento se recolheu - ou sequer é referido na participação que deu origem aos autos e documentos que o acompanham - que permita suspeitar de que assim não seja, i.e., de que tenha existido na negociação uma intenção de favorecimento de um terceiro e/ou de obtenção de benefícios próprios em prejuízo dos interesses da autarquia.”-----

“(…) a minuta do contrato de constituição desse direito previa que os respetivos efeitos - ou seja, na prática, o próprio direito de superfície - ficariam suspensos enquanto não fosse deferido o Pedido de Informação Prévia (PIP) relativo ao projeto apresentado pelos parceiros, pelo que, no limite, caso o PIP fosse desfavorável em termos inultrapassáveis, nunca a constituição do referido direito produziria efeitos.”

Foi este o pressuposto que também levou à assinatura daquele memorando. -----

“Inexistem elementos que permitam sustentar que através dos atos praticados, se pretendeu conceder às sociedades comerciais subscritoras do memorando de entendimento um benefício indevido, colocar as mesmas, de forma ilícita, em posição de vantagem ou a obtenção de benefícios próprios.”-----

“O mesmo se diga quanto ao crime de abuso de direito, que exige, para o seu preenchimento, que haja intenção de obter um benefício ilegítimo ou de prejudicar outrem.” -----

“No caso vertente não foram recolhidos quaisquer indícios nesse sentido pelo que, mesmo que se entenda serem substancialmente inválidos a deliberação e o memorando de entendimento entre a CMG e as sociedades identificadas nos autos, tal não é suficiente para dar por indiciada a prática dos referidos crimes.”-----

“Assim, concluímos que quanto aos factos vindos de descrever e analisar se impõe o arquivamento dos autos por falta de indícios da prática de crime.” -----

“Pelo exposto, porque não foram recolhidos nos autos quaisquer indícios da prática do crime de prevaricação, abuso de poder, ou de qualquer facto criminalmente punível, não se vislumbrando úteis ou viáveis outras diligências, determino o arquivamento do inquérito, (...)”. -----

Ora, esta é a conclusão relativamente a um processo que o senhor alimentou até ao limite, disse do anterior executivo o pior que se pode dizer de uma pessoa e, por isso, nós também fazemos a nossa conclusão. Assim, concluímos também que as afirmações e as imputações que o senhor Presidente da Câmara fez são falsas e não têm qualquer fundamento ou sustentação. O senhor Presidente ao dirigir tal informação ao público, como dirigiu, bem sabia que não correspondiam à verdade, mas mesmo assim, quis divulgar e difundir tais suspeitas com o propósito de denegrir

a imagem publica, vexar a honra, dignidade e profissionalismo do Vereador Carlos Monteiro. A imagem do cidadão, do pai de família, desvirtuando-o e conferindo-lhe uma imagem de pessoa descuidada, inidónea e incompetente na defesa do interesse publico. Bem sabia que tais factos não são verdadeiros, mas mesmo assim quis que os mesmos fossem divulgados e difundidos na cidade e na região. Pelo que esta conduta do senhor Presidente da Câmara, tal como foi preparada e desenvolvida indicia a prática de um comportamento criminalmente também relevante. -----

Portanto, senhor Presidente, eu teria que fazer o que fiz, porque eu disse desde a primeira hora que não tinha nada a temer perante a justiça. Concordo com aquela pergunta e o ofício que o senhor mandou para as várias entidades, não posso é concordar com aquilo que o senhor foi dizendo aos diversos órgãos de comunicação social e disse à Guarda, sobre o processo que foi desenvolvido a este nível que nada tem a ver com o ofício que o senhor perguntou. -----

Portanto, cada coisa no seu lugar, nós estamos aqui no exercício da causa pública, eu fui no passado, o senhor é no presente, outros virão no futuro. Portanto, esse cuidado, esse relacionamento de mais respeito (perante os factos que podendo parecer uma coisa são outra) devem inibir quem exerce funções públicas, da produção, do desenvolvimento de afirmações que só perturbam, prejudicam a imagem dos visados e penso que este foi o caso. Portanto, eu tinha que aqui trazer o arquivamento. Posto isto, não tenho mais nada a acrescentar. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, em relação às questões relacionadas com o 25 de Abril devo lamentar o facto de o assunto ter sido exposto no exterior sem a autorização da Câmara Municipal da Guarda. Nunca saberemos quem o fez, mas infelizmente aconteceu, até porque a obra tinha que dar início sob pena de não estar pronta para a data em causa, para a efeméride. Portanto, devo

lamentar esta plantação da notícia, digamos assim, num qualquer órgão de comunicação social. Não está aqui em causa ser o “A”, “B” ou “C”, não é este o nosso *modus operandi* e, portanto, lamentar que isso tenha acontecido. -----

Senhora Vereadora, já agora, deixe-me dizer-lhe que foram pedidas sugestões a todos os membros da comissão executiva, sem exceção, mais do que uma vez e depois de todas as propostas que surgiram, houve que fazer o respetivo enquadramento, a respetiva análise pelos técnicos e a orçamentação. Estou em condições de dizer, senhora Vereadora, que na primeira semana de abril será apresentado, publicamente, o programa das comemorações que é onde iria ser apresentado esta situação. Infelizmente, alguém achou por bem fazer esta plantação. Sob esse ponto de vista nada a fazer, a informação já saiu. -----

Devo dizer que este programa que irá sair, é um programa longo que não se esgota no dia 25 de Abril, tal como eu já referi, o dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro vai muito para além disso. Tal como sempre referimos. Já foram realizadas algumas iniciativas aqui ou ali, muitas outras serão feitas e, portanto, ao longo de, praticamente, um ano haverá um grande conjunto de iniciativas das mais diversas índoles: sejam expositivas, sejam espetáculos, sejam publicações, enfim, um grande conjunto de iniciativas, que na primeira semana de abril será apresentado a toda a população. -----

Senhora Vereadora, no que diz respeito à questão do Monumento a nossa decisão foi colocar ali, porque não havia outro local para o colocar e a análise que foi feita foi: onde é que poderia ser colocado causando o menor impacto possível naquilo que já lá estivesse feito. Aquela rotunda a não ser meia dúzia de flores, meia dúzia de pedras e meia dúzia de arbustos, nada mais tinha. Tudo o que lá está foi baldeado, o que foi possível aproveitar foi para outro local ou vai para outro local e, portanto, nós não

queremos destruir nada que já estivesse feito. Olhando à cidade e andando pela cidade é mesmo das poucas que tem uma envolvente considerável para o Monumento em causa que é os cinquenta anos do 25 de Abril e sem causar danos num qualquer outro arranjo que já lá tivesse sido feito. Este foi o motivo principal. Senhor Vereador, já agora falando sobre isto, no que diz respeito aos valores, o valor é mesmo aquele, porque é chave na mão. A não ser algum arranjo floral que eventualmente tenha que ser feito ou se houver alguma necessidade de nós complementarmos com alguma coisa. E, senhor Vereador, devo dizer que o custo desta rotunda é bem inferior. Vou citar duas rotundas que no passado suscitaram na opinião pública, opiniões divergentes, mas por isso é que estamos em democracia. A começar pela rotunda do “G”, eu recordo-me bem, à época, aquilo que se falou na sociedade sobre a rotunda do “G” e com um custo bem superior a este, se formos atualizar agora. -----

Rotunda da Mão, também. E também lá estávamos. Foi bem superior a este e também lá está. Portanto, achamos que de facto foi um valor, tendo em conta a magnitude dos cinquenta anos do 25 de Abril, que tinha que ser assinalada, porque se a Câmara da Guarda não fizesse nada, não fazia nada, como a Câmara da Guarda vai querer fazer um Monumento para assinalar os cinquenta anos de Abril e para estar durante muitos e bons anos ali edificado, bom, são opiniões. -----

No que diz respeito à questão, ainda, do 25 de Abril, quando o senhor Vereador refere que governo para um setor específico da Guarda, mas não sei se o senhor quer concretizar alguma coisa. O senhor está a querer dizer aí alguma coisa escondida, veja lá. É que quando o senhor manda para o ar: governar para um setor específico na Guarda, não sei sinceramente àquilo que o senhor se refere, mas se quiser referir alguma coisa, faça o favor de o fazer, depois no final.-----

Senhora Vereadora, no que diz respeito à jornada de trabalho: nós já o fizemos e se Deus quiser, sempre que possível, devemos continuar a fazer, porque é muito importante, sabe senhora Vereadora. Relativamente às conclusões, basta falar com cada uma das pessoas que lá esteve, melhor do que elas poderão dizer: perceber efetivamente como é que é feita a triagem de todos os resíduos que são produzidos nas nossas casas, nos nossos bairros, nas nossas freguesias e no nosso concelho. Perceber aquilo que tem que se melhorar para otimizar os recursos existentes, só por aí já teria valido a pena, mas nós continuámos, porque era um dia dedicado a isso. Fomos ver aquilo que se faz nas Penhas Douradas, no Centro de Limpeza de Neve, e comparar com aquilo que nós aqui fazemos. E, de facto, nós já fazemos bem. É sempre possível melhorar, mas nós já fazemos bem. É importante nós também termos essa noção. Os colaboradores do município já fazem isso bem. -----

Já para não falar no bom trabalho que foi feito ao nível dos rios, que está a ser feito, e que vai continuar a ser feito, tal como foi no passado, pelos técnicos do município. E, de facto, todos nós percebemos essas boas práticas e que podem e devem ser continuadas no futuro, nos mais diversos locais do nosso concelho. -----

Senhora Vereadora, há um conjunto de frases feitas que a senhora Vereadora já nos vai habituando: a cidade suja, os contentores de lixo sujos, os ecopontos sujos, a cidade a envelhecer. Desculpe que lhe diga, mas já são frases feitas e, portanto, aquilo que eu peço, como peço a todos - eu recebo constantemente mensagens dessas ou de outro tipo - e, em razão da matéria, ou falo com o senhor Vereador, ou falo com a senhora Vereadora em razão dos pelouros de cada um. -----

Portanto, faça o favor de dizer onde é que está um contentor sujo, onde é que está um espaço qualquer onde alguém depositou o que não devia. Isso acontece, infelizmente nós não temos um polícia em cada canto. Portanto, aquilo que peço é

que façam chegar sempre que houver essas coisas, porque de facto assim é que nós ajudamos a construir um futuro melhor e ajudamos a governação. É assim que, efetivamente, nós podemos e devemos fazer. -----

No que diz respeito à questão dos subsídios extraordinários, nós vamos discutindo aqui em razão da matéria e, por isso, é que há pouco falei e com a concordância dos senhores Vereadores da oposição - seja das associações na área desportiva que eu referi ou na área social ou outras - mas sempre com um critério bem definido. Podem colocar em causa o critério ou os montantes, mas é a forma de ser equitativo para todos. -----

Senhora Vereadora, vou voltar a referir aquilo que lhe disse na reunião de Câmara onde foi aprovado o apoio para a associação “Os Serranos”: foram os 2 mil euros que foram pedidos para uma viatura (pediram 2 mil e vejam só que nós até tínhamos falado em 5 mil, mas só foram 2 mil euros) e o outro é um valor que anualmente, não é desde agora, que eu me lembre é pelo menos há doze ou catorze anos para não dizer mais, que este valor anual é atribuído a essa associação (os 1500 euros). É só ver as atas das reuniões de Câmara dos últimos doze, catorze anos, pelo menos, mas será mais. Portanto, julgo que não se deve colocar em causa aquilo que tem sido o hábito de três governações distintas, em termos políticos, para que conste.-----

A senhora Vereadora referiu aí pessoas próximas da Vereação da Câmara, quer concretizar? Depois no final a senhora falará. Senhora Vereadora, quando se atiram essas coisas para o ar, para ver se alguém apanha, eu não posso admitir que a senhora o faça, nem a senhora, nem ninguém, porque aquilo que a senhora está a querer dizer, ou não sei se foi isso que quis dizer, ou se houve aqui algum tipo de favorecimento por uma razão qualquer. -----

Eu já lá estive, como outros Presidentes de Câmara estiveram no passado, e o futuro a Deus pertence. Tudo dentro das Leis da República, senhora Vereadora, para que conste. Lamento que a senhora tenha deixado aí uma coisa no ar para ver se alguém apanhava. Senhora Vereadora, acho que não é esse o caminho, sinceramente lho digo, acho que não é esse o caminho sobre aquilo que se calhar, sem querer, acabou por referir. Eu quero acreditar que foi sem querer, que não era esse o objetivo.-----
Quanto à questão dos bebedouros do parque Pólis, o senhor Vereador já tomou nota da situação.” -----

- Rui Melo, Vereador: “A questão é muito simples. Durante o inverno não podemos ter o circuito dos bebedouros ativo, porque o mesmo congela e rebenta a tubagem. Era para ter sido ativado a semana passada, não foi e ainda bem que não foi, porque durante a próxima semana estão previstas temperaturas muito abaixo do normal, mas assim que as temperaturas regularizarem voltamos a ativar o circuito. Aquilo que é feito para os bebedouros do parque canino é que, uma vez por semana o circuito é aberto e fechado para ter alguma água no circuito, para abastecer, porque as torneiras são mais baixas, pelo menos para o parque canino há água, mas no outro não podemos abrir enquanto se verificarem temperaturas negativas na cidade, sob pena de rebentar a tubagem.” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “Muito obrigado. Depois falar sobre aquilo que o senhor Vereador referiu, sobre a decisão da primeira instância relativa aos terrenos do Matadouro. Senhor Vereador, em caso algum (ainda bem que o senhor referiu) nós colocámos em causa a sua idoneidade enquanto Presidente da Câmara da Guarda. Em caso algum o fizemos, como o senhor bem referiu sobre a carta que nós escrevemos. Se a decisão que a Câmara Municipal da Guarda, para que conste e que não haja dúvidas, tinha tomado era legítima ou se não era legítima. Está resolvido e

esse era o objetivo que foi concretizado. Agora, senhor Vereador, se o Ministério Público andou a perguntar qualquer outra coisa, desconheço em absoluto, até porque a mim não me ouviram sequer, nem a mim e se bem me recordo na Câmara não ouviram mais ninguém, acho que o deviam ter feito, também posso dizer que é para esclarecer as coisas todas, mas não ouviram. -----

Nós pegamos no processo, no dossier, e enviámos e eles responderam. Portanto, sob esse ponto de vista, para que conste, em caso algum nós colocámos em causa a sua idoneidade enquanto Presidente da Câmara da Guarda, o senhor e o seu executivo com pelouros que tomaram esta decisão naquele tempo. -----

A única questão que nós colocámos, também podia ler o que está aí sobre essa matéria, foi sobre a revogação que foi aqui aprovada nesta Câmara. A Câmara da Guarda estava no seu pleno direito de poder tomar essa decisão e era isso que nós pretendíamos. Tudo o resto passou-nos completamente ao lado. O senhor Vereador refere aí comportamento criminalmente duvidoso, não sei o que é que o senhor quer dizer. Não sei se é duvidoso, já não sei que expressão utilizou. Não sei o que é que o senhor quer dizer em relação a isso, mas o senhor saberá aquilo que quer dizer, mas se quiser dizer mais alguma coisa ou escrever, faça o favor. Faça-o! Agora, não sei se o senhor quis dizer aquilo que deixou pairar no ar, espero que não. -----

Sobre o negócio em causa, senhor Vereador, continuo a dizer exatamente a mesma coisa que sempre disse. Exatamente a mesma coisa! Foi uma deliberação tomada sem concurso público, com recurso ao ajuste direto, continuo a considerar que era ruinoso, financeiramente, para a Câmara da Guarda. Continuo a considerar exatamente a mesma coisa, ruinoso sob o ponto de vista financeiro para a Câmara da Guarda, foi o que eu sempre disse e reafirmo. Quem não deve não teme, sabe senhor Vereador. -----

Quer usar a ata? Pode usar a ata à vontade, porque eu sei bem aquilo que digo, ruinoso sob o ponto de vista financeiro para a Câmara Municipal da Guarda, continuo a dizer e a reafirmar. Mais, dizer o que é que era de facto aquele negócio: que era uma clínica de exames de diagnóstico disfarçada de lar de idosos, olhe esta expressão está gravada em vários sítios, em vários tempos diferentes e onde se previa - na versão anterior que não foi aprovada pela Assembleia Municipal, do final do ano de dois mil e vinte e um, - habitação coletiva naquele espaço. Perante tudo isto, estamos cada vez mais certos que a decisão que esta Câmara tomou foi a decisão, efetivamente, mais acertada quando tomou esta decisão há cerca de um ano e meio, dois anos sensivelmente.-----

Referir-lhe sobre a questão das Chefias de Divisão, o senhor Vereador tem razão, não precisava era de ter falado dessa forma até porque, eu tinha aqui o apontamento e depois acabei por, tal como a ata, passar à frente. Portanto, a Arquiteta Maria João que foi designada em regime de substituição para o cargo (que estava vago) de Chefe de Divisão da DOPEI – Divisão de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas. E, o Doutor Rui Nascimento que assumiu, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão do Desporto e Saúde, porque o anterior Chefe de Divisão foi desempenhar funções para fora da Guarda, com outro desafio profissional e, portanto, acabou por deixar o lugar vago, depois da nossa concordância naturalmente. Estas pessoas já assumiram funções, como outras podem passar a desempenhar também no futuro. Senhora Vereadora ia dizer algo?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, não fui entendida ou o senhor Presidente não quis entender aquilo que eu disse. Não, não. Eu acho muito bem que a Câmara Municipal da Guarda faça um Monumento de comemoração dos cinquenta anos do 25 de Abril, sim. O que eu não acho bem é que a Vereação inteira, quer dizer

que não é o executivo, não saiba rigorosamente de nada. Isso é que é dramático, porque para todos os efeitos nós somos um órgão colegial. É evidente que a Vereação tem os seus executivos, mas nós todos somos parte interessada, somos todos membros de pleno direito, votados pelos cidadãos da Guarda e temos exatamente os mesmos direitos e os mesmos deveres que o executivo desta Câmara, salvo as devidas proporções, porque não ocupamos pelouros. -----

Aquilo que eu queria era que, e isso seguramente comigo compartilham a opinião os Vereadores do PSD, nós fossemos parte das soluções, parte das decisões que não nos tratasse ou queira tratar (que nós também não deixamos, não é) como idiotas úteis que aqui estamos para votar e para lhe dizer que sim, mas quando chega a altura de decidir deixa lá que nós já decidimos e depois já lhes dizemos. Não! Esse é o único papel que eu não quero aqui. -----

Seguramente que o problema não foi a notícia sair, não! O problema foi nós não sabermos antes, nós não poderemos ir pela rua e dizer a alguém não, não, nós sabíamos, o senhor Presidente disse-nos: isto é para isto, isto é para aquilo, o resto virá. Isso colocava-nos numa posição de dignidade, até do senhor Presidente, acima de tudo do senhor Presidente. Porque assim. a situação de: coitados ali estão aqueles que não sabem nada e ali está o Presidente que manda e está tudo dito. Isso é tudo aquilo que o 25 de Abril quis acabar e é isso que eu quero acabar aqui também e é isso que eu não quero que me aconteça aqui. -----

É evidente que todas as rotundas tiveram os seus “Qs”, no caso os seus “Gs” e as suas “Mãos”, claro que sim. Ninguém vai pensar que todas as pessoas tenham a mesma opinião sobre as coisas, mas é exatamente por isso que existe a discussão, que existem os órgãos colegiais, é por isso mesmo que existem todas estas coisas.

Quanto à jornada de trabalho, está visto que hoje eu não me sei expressar. Eu acho muito bem que procuremos noutros locais tudo aquilo que se faz de bem.-----
Eu tive a honra de pertencer a duas comissões instaladoras de equipamentos de dois hospitais da nossa região: o centro hospitalar da Cova da Beira e o hospital da Guarda (o novo pavilhão) e quando foi preciso escolher sistemas informáticos, aparelhos de raio-x, ecógrafos, macas, nós fomos (com a comissão destinada a isso) a vários hospitais, fomos a várias feiras e exposições sobre as coisas, passámos dias nos hospitais para saber como é que funcionavam os sistemas informáticos e tudo isso. Sim, tudo bem. Tudo isso é muito útil se for utilizado e se for tudo muito claro e muito transparente. E, eu não sei se cem pessoas juntas a irem ver as boas práticas de onde quer que seja, se será útil e se terão tirado algumas conclusões úteis, é isso que a mim me deixa um bocado reticente relativamente a isso. Coincidência ou não coincidência no tempo, eu não estou aqui para fazer insinuações, eu só estou a dizer que de facto: à mulher de César não basta sê-lo, é preciso parecê-lo também. Relativamente às frases feitas, tem razão. Eu em todas as reuniões digo que estão sujos e que não estão bem. O que eu já devia ter feito e mea-culpa faço aqui, era ter pegado no meu telemóvel ir fotografá-las. Vou fazê-lo seguramente, antes de tornar a dizer isso, porque é evidente que nenhum de nós tem que estar a passar sempre pelos mesmos sítios, muitas vezes passamos por sítios que não conhecemos. Tem razão nesse aspeto e, o senhor Vereador desculpe, eu também tenho um sistema de rega e tem toda a razão, no inverno não se enche canos com a água.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Eu procurei ser o mais equidistante possível da questão, mas o senhor Presidente, pela quarta vez, não entende a minha posição e aquilo que está em jogo. Tal como eu respeito a posição deste órgão em anular a deliberação e comecei por aí, mas não o posso respeitar, ou por outra, não posso

aceitar aquilo que o senhor ao longo de dois anos foi dizendo à comunicação social. E, já agora, para perceber exatamente o que está em causa, eu tive ocasião numa das reuniões de Câmara, após as primeiras declarações que prestou, procurar usar de alguma pedagogia, se me permite o termo, para evitarmos que este discurso tivesse continuidade, fosse alimentado por si. -----

Por exemplo, dizer em vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois, num jornal: Sérgio Costa disse que foi decidida a nulidade do negócio do município, por levantar muitas dúvidas legais relativamente ao processo de cedência do terreno do antigo matadouro. Lembrou que a deliberação de vinte e seis de agosto, de acordo com o memorando, era para a construção alegadamente de um hospital e que o negócio era ruinoso para o erário público por não existir avaliação do valor do terreno, nem concurso público, por considerar que o projeto é um lar de idosos disfarçado de hospital. -----

Como o senhor sabe o projeto era: um hospital e uma residência sénior, nunca se pôs em causa, o senhor é que diz um disfarce. Não! Está lá claro. É uma coisa e é outra. Quando eu o chamei à atenção, permita-me a expressão, porque foi mesmo isso que eu disse para evitar situações futuras e usei do relatório da CCDR, que o senhor próprio pediu, e onde o relatório refere (é o relatório que o senhor pediu, que o senhor está informado e que o senhor sabia): a designação do superficiário é realizada através dos procedimentos de hasta pública, de negociação com publicação prévia de anúncio ou de ajuste direto. O senhor diz é ruinoso, porque devia ter sido por concurso público. Não! Como sabe o senhor tem o parecer e diz o parecer: procedimento de hasta pública, de negociação com publicação prévia de anúncio ou de ajuste direto. Diz o parecer: afigura-se assim que o legislador parece ter querido

atribuir margem de liberdade de decisão quanto à decisão de escolha do tipo de procedimento, tudo conforme consta do procedimento. -----

Mas, o senhor continua a dizer o negócio é ruinoso para o erário público e para o município. Para o município não é limpo nem transparente. Eu recorde que o senhor também assenta esta posição de que o negócio é ruinoso, porque não houve avaliação. Quando o senhor sabe, tão bem como eu, que a Engenheira Sónia Bidarra, eu disse-lhe isso há um ano atrás, avaliou (o senhor foi dizer que não houve avaliação) em 749 mil 790 euros o terreno e o direito de superfície em 11 mil 281 euros. -----

Senhor Presidente, é contra isto e é por isto que eu tomei hoje esta posição e o senhor, hoje aqui, continua a afirmar que o negócio é ruinoso. O senhor pode afirmar o que quiser, continue nessa linha, por isso é que eu digo que a sua atitude é criminalmente relevante, porque eu disse há uns meses atrás: o senhor Presidente diga-me quando avança com esta queixa (eu não era para prolongar este assunto até aqui), avance lá com a queixa, porque eu pensei que era uma queixa como o senhor tinha dito. Por acaso não foi uma queixa, mas deu no mesmo. Pior para si, porque o senhor diz uma coisa aos jornais e diz outra coisa ao Ministério Público. Por esse facto, é que eu não posso deixar de “meter” uma ação de denúncia caluniosa, dentro de quinze dias. Porque o que é grave não é o que o senhor escreveu no ofício para o Ministério Público, o que é grave é o que o senhor acabou de dizer há pouco e o que o senhor disse aos vários órgãos de comunicação social. -----

Por isso, eu terminei a minha intervenção dizendo o seguinte senhor Presidente e eu concluí: é que das palavras que o senhor coloca eu sei que, como o senhor diz, não quer ofender a minha imagem e honra, mas ofende a minha dignidade como profissional. Eu não sou uma pessoa descuidada, não sou uma pessoa inidónea, nem

incompetente na defesa do interesse público. O que o senhor diz, como acabou de dizer há pouco, é exatamente o contrário e é por isso que eu não posso deixar passar as suas palavras em claro e ter que usar dos meios legais, como o senhor usou, para verificar a legalidade da deliberação que eu tomei com o restante executivo. -----

É por isso, também, que eu tenho que aferir da sua conduta, porque essa, de facto, no mínimo fere a minha competência, a minha idoneidade e em última instância a minha honra. Porque a honra, pese embora muitas vezes nós possamos aqui usar o termo de uma forma abrangente e vaga, a verdade é que a honra tem a ver exatamente com a imagem que os outros têm de nós. A imagem como cidadão, como político, mas também como profissional, como pessoa que honra os seus compromissos, como pessoa leal, comprometida com a defesa do interesse público, e isso eu fui. --

Por isso, não lhe admito, nesta circunstância como noutras, de dizer o que acabou de dizer, porque o senhor não consegue, sequer, concretizar o que é que é um negócio ruinoso para o erário público. O senhor andou aqui dois anos a dizer que era um negócio ruinoso, mas todos sabemos o que é um negócio ruinoso, mas não é por o senhor dizer que é um negócio ruinoso, que o é. -----

O senhor tinha a obrigação de dizer à Guarda, como Presidente de Câmara, é ruinoso por premissa um, dois, três, quatro, a conclusão permite-me levar a esse sentido. Não foi o caso, o senhor pura e simplesmente tinha elementos ao seu alcance, desde logo, o processo de avaliação, o parecer que pediu e os demais elementos do processo para isso ter coibido de usar expressões que são ofensivas da minha honra e da minha dignidade. -----

É nesse sentido que eu, há pouco, referi respeitando o seu direito - de ter dúvidas, perguntar às instituições. Mas, o senhor tem que respeitar o meu direito, no limite da liberdade de expressão, de saber o que é que pode dizer e quando extravasa aquilo

que já não é um direito seu, mas é a minha liberdade de preservar a minha honra e dignidade. O que não aconteceu, hoje aqui, como não aconteceu nestes últimos dois anos. Como tal, senhor Presidente, eu não posso andar uma vida inteira, como sabe, o senhor a ser carrasco e julgador quando o senhor não tem o mínimo fundamento para o afirmar. Como tal, quando não há aqui um ato de penitência, um ato de correção das suas expressões, só há uma entidade que o pode fazer, não sou eu nem é o senhor, são os tribunais. Eles irão averiguar se é o senhor que tem razão. -----

Não se esqueça que é a segunda vez, que o senhor perde um processo levantando suspeitas sobre o anterior executivo. Hoje, aqui, vamos dar início a um outro, o senhor pode ter razão, eu penso que não, mas é o tribunal que irá decidir. -----

Sabe que eu não me limito e quando uso das palavras, até tenho evitado de levar a discussão política, democrática, um pouco mais além, porque na verdade uns fazem de uma maneira outros fazem de outra, já cheguei a essa conclusão. O senhor tem um projeto que apresentou à Guarda, apresentou até o seu lema: “Pela Guarda”, eu acreditei sempre que representava a Guarda toda, mas afinal..., o senhor mandou-me concretizar, então eu vou concretizar.-----

Da prova que foi feita, hoje aqui, e a concretização: por um lado, convidou Presidentes de Assembleia de Freguesia e Presidentes de Junta e excluiu os Vereadores. Portanto, governa para uma parte do concelho da Guarda, para os Presidentes de Junta e para os Presidentes da Assembleia de Freguesia, portanto por aqui já é notório uma diferente atitude. Mas, também tivemos um cidadão que veio hoje aqui pela terceira, quarta vez, hoje com um facto diferente e veio dizer: os apoios extraordinários para uns funcionam para outros não funcionam. Na tese deste cidadão, o senhor está a governar para um setor da sociedade e não para outro setor

da sociedade. Mas, vamos a outro tema que tem sido, ainda não tinha trabalhado bem esse assunto, mas vou já adiantar aqui, porque o senhor assim o pediu. -----

Vamos aos concursos públicos de seleção de pessoal para a Câmara da Guarda, onde o que consta e é evidente que 90% são pessoas direta ou indiretamente ligadas ao seu movimento de independentes, mas eu tenho que lhe dar os parabéns. Na verdade, eu julgava que eles só vinham para a Câmara, porque eram do Movimento Pela Guarda, mas a verdade é que também já vi algumas notas e são todos competentes, porque todos têm 20. É algo que já diminui a minha capacidade de o contestar, porque sendo do PG, mas têm todos 20, eu tenho que aqui honrar a opção, porque são todos competentes porque têm 20 no resultado.-----

Depois também lhe queria dar os parabéns neste sentido, porque de facto vejo, nalguns casos mais específicos, também outras pessoas que têm familiares de outros partidos e também foram granjeados com uma nota muito boa nos concursos que foram lançados pela Câmara Municipal da Guarda, o que dá aqui alguma abrangência e nesse sentido alargou aí o leque. Faço aqui esta pequena exceção, alargou o leque, porque seriam os do PG, mas não são do PG, porque eles têm 20 e até eu já sei porque são bons. -----

Mas, curiosamente, vejo também num ponto ou outro, pessoas de outros quadrantes partidários, que têm ligações até a outros partidos e há um caso ou outro em que também estão classificados com 20 valores. Por fim, tenho que também lhe dar os parabéns, porque há de facto candidatos que estavam ligados mais aos membros do executivo e estão classificados em quarto lugar, em terceiro lugar, não estão em primeiro lugar. -----

Portanto, o senhor emendou a mão, porque não sei se foi a comunicação social num determinado momento, quando se viu o lançamento de pessoas familiares do

executivo e “à mulher de César...”, como há pouco ouvi. Não estou a dizer se são competentes ou incompetentes, não é isso que está em causa. O que está em causa é que a ética republicana exige e impõe, eticamente, que quando há familiares não deveriam estar em organizações, não deveriam, é um dever ser, não é um ser. Porque senão era a Lei que determinava ou proibia, não é o caso, mas a verdade é que emendou a mão e de facto não vimos familiares. Tendo concorrido não deviam ter, na ética republicana, mas concorreram e não estão classificados em primeiro lugar é uma opção. O júri avaliou, considerou também e sufragou de alguma maneira aquilo que foi uma correção que o executivo teve. -----

Mas dizer, claramente, que há uma evidência para além do eleitoralismo e do populismo que muitas das medidas, e digo a esmagadora maioria das políticas que este executivo tem tomado, é a defesa intransigente de setores que são fundamentais para alicerçar uma candidatura, um ato eleitoral, onde possamos considerar que, efetivamente, com o apoio indireto não eleitoral, mas com o apoio em obras, este executivo conseguir granjear uma fatia importante da sociedade, porque efetivamente as suas políticas visam o quê? -----

As suas políticas, como já o tenho dito por diversas vezes, assentam na subsidiodependência, ou seja, Juntas de Freguesia e Associações. Depois assistimos a este espetáculo, de ir aqui, ir além, visitar, levar, comer, beber, tudo junto. Não há decisões que estruturam o futuro deste concelho, mas temos decisões de envolvência social, é a isso que nós assistimos, há de facto envolvência social, mas a troco de quê? Com que consequências dessas decisões? Nenhunas, ou seja, passa aquele dia, acabou tudo, ou seja, entrega-se subsídios. -----

Um outro exemplo, nós assistimos aqui à entrega de tratores, mas as Juntas de Freguesia têm recursos humanos suficientes para andarem, diariamente, com

máquinas para limpar vegetação, bermas, usar tratores e máquinas para desenvolver serviços a favor da Junta de Freguesia? Não temos recursos humanos. No entanto, apostámos em quarenta e três freguesias, em máquinas para desenvolver serviço nessa área. São máquinas que estão paradas. O senhor gastou dinheiro para nada, o senhor está a gastar dinheiro em freguesias e não se vê uma atração de uma família nova numa aldeia. Portanto, o que é que importa? É que o senhor Presidente de Junta domina 50%, 60% da população (controlando o Presidente de Junta, controlamos a população), no final somamos esses votos e o senhor será ganhador. -----
É essa a estratégia, uma estratégia eleitoralista. Portanto, é uma visão de fazer política dentro daqueles setores que são fundamentais, para o senhor garantir uma nova reeleição. Espero que não aconteça, porque ainda assim, espero que a visão crítica, uma visão mais aberta e informada possa descortinar as ações que o senhor está a desenvolver, aparentemente a favor do concelho. -----
Digo-lhe outra: a estratégia para dois mil e quarenta. O senhor Presidente vai às freguesias, cada vez são menos, quer na freguesia urbana, quer nas freguesias rurais. Nós vemos meia dúzia de pessoas a ouvi-lo, mas é natural, porque repare as freguesias têm uma idade média de 60/65 anos, o senhor está a propor ir discutir com pessoas que em dois mil e quarenta..., nem nós sabemos se cá estamos, mas com 65/70 anos está a discutir uma estratégia para dois mil e quarenta? -----
Isto é a política da conquista de voto a voto, eleitor a eleitor, para daqui a dois anos conseguir chegar lá. Mas, efetivamente essa visão, essa perspectiva, como não é de futuro, espero que tenha perna curta e que o senhor seja penalizado por aquilo que está a fazer, com uma ideia de defesa do concelho, mas é uma ideia que prejudica gravemente o futuro do concelho.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, sobre a questão da utilidade, só para ter noção: grande parte, ou uma boa parte das pessoas que estiveram, que têm responsabilidades na gestão local, já começam até a pedir visitas aos locais onde fomos, nomeadamente à RESIESTRELA. Isto porquê? Porque existe essa necessidade. E, portanto, só para ter noção, tal como eu disse há pouco, nem que tivesse sido só ali, já valeu a pena, porque as pessoas ficaram muito mais sensibilizadas depois de verem o que se lá passa. Claro que nem todos lá podem ir, nem todos irão naturalmente, mas de facto foi muito, muito útil aquilo que ali se passou. -----

Sobre aquilo que o senhor Vereador referiu, nesta tentativa de usar factos políticos com decisões do Ministério Público. E, agora, com a ameaça que me vai colocar em tribunal. Senhor Vereador divirta-se, porque eu não darei para esse peditório, eu não vou ao recreio (como alguém diria há pouco tempo), eu não vou ao recreio. E, portanto, divirta-se com essa matéria, o que eu disse está dito, reafirmo. E, portanto, estou bem ciente daquilo que referi. Agora, o senhor querer usar na política factos como decisões do Ministério Público, só o vincula a si, não vincula absolutamente mais ninguém. -----

Sobre aquilo que o senhor tentou fazer aí, esse exercício. De repente, foi aquilo que o senhor disse: as pessoas próximas dos membros do executivo, mais do que isso, dos membros do Movimento Pela Guarda, pessoas próximas e familiares tinham que ser todos afastados. Foi aquilo que o senhor referiu, para que conste, vai ficar em ata. Foi aquilo que o senhor disse, todas as pessoas do Movimento Pela Guarda, todas as pessoas próximas de todos os membros do Movimento Pela Guarda, e olhe que são centenas de pessoas no concelho. Próximas, amigos ou familiares deviam ser afastados dos concursos, foi isso que o senhor acabou de referir. -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Familiares.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não, não. O senhor disse, desculpe não me interrompa, o senhor disse próximas e familiares. Eu agradeço mesmo, penhoradamente, à minha mulher, que tomou a decisão que tomou: de se ter afastado dos concursos todos. Mas tinha toda a legitimidade e foi contra a minha vontade que ela o fez. Toda a legitimidade para concorrer aos concursos públicos. -----

O senhor é sectarista na sua visão, que todos os que eram próximos do Movimento pela Guarda devem ser todos afastados, para que conste foi isto que o senhor acabou de referir. É de lamentar as suas declarações. -----

O senhor ainda disse mais um conjunto de asneiras, senhor Vereador, permita-me dizer-lhe. Então agora o senhor coloca em causa todos os apoios às Juntas de Freguesia, às Associações, tudo aquilo que foi aprovado inclusive pela Assembleia Municipal e que só serve para as Juntas de Freguesia controlarem as populações, foi aquilo que o senhor referiu, foi isso que o senhor referiu...”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Está em ata.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não me interrompa se faz favor! Não me interrompa se faz favor! Foi aquilo que o senhor referiu! De facto, relata bem aquilo que cada um de nós pensa sobre os apoios que se devem dar às populações. Mas olhe, vou dar-lhe um exemplo, então pagar projetos para novos lares do concelho também é subsidiodependência, também está tudo errado. -----

Já percebi que o senhor não convive bem com a agenda dois mil e quarenta, mas sabe, de facto, é muito gratificante ouvir coisas que lá ouvimos e perspetivar o futuro. Há coisas que devem ser resolvidas e isso serve para tudo no imediato, pequenas coisas, por isso é que vão alguns colaboradores para tomarem logo conta da ocorrência e perspetivar o futuro a outros níveis. É mesmo muito gratificante, coisa

que nunca foi feita na Guarda, mas nós estamos a fazer e vamos continuar a fazer este caminho doa a quem doer, já percebemos que dói. -----

Mas, portanto, é este o nosso caminho, foi esta a estratégia que foi delineada e nós tudo fazemos para continuar a trabalhar para os nossos cidadãos, sempre com proximidade e continuando a fazer tudo aquilo que sabemos, que podemos e que nos deixam fazer até ao final do nosso mandato e o futuro a Deus pertence.”-----

DOCUMENTOS PARA CONHECIMENTO

– Despacho N. °154/PCM/2024 – Tolerância de Ponto – Páscoa. -----

– Auto de Suspensão Total de Trabalhos Referente à Empreitada: “Reabilitação e Valorização do Rio Mondego e Afluentes na Freguesia de Videmonte.”-----

– Auto de Receção Definitiva Parcial Referente à Empreitada: “Resolução de Anomalias e Manutenção na BMEL.”-----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Retificação da Designação e Âmbito do Procedimento "Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Esplanadas na Área do Município da Guarda", Passando a "Regulamento Municipal Para Ocupação de Espaço Público e Publicidade na Área do Município da Guarda".-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 18/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

- Na reunião de Câmara de 09-02-2024 foi aprovada a proposta de procedimento regulamentar para a elaboração e aprovação do “Regulamento de Ocupação do Espaço Público com Esplanadas na Área do Município da Guarda” -----

- No decorrer do trabalho da Comissão Interna nomeada se verificou a existência do Regulamento de Publicidade 19/2013, suportada no Decreto Lei 48/2011 de 01 de abril, e que este DL que institui normas e regras que regulamentam a ocupação de espaço publico e publicidade;-----

- O regulamento que agora se pretende criar tem como objetivo primordial a harmonização visual e que existe uma relação direta entre publicidade e ocupação do espaço público influenciando ambas a paisagem urbana; -----

- É de todo o interesse a agregação num único documento das regras de ocupação de espaço publico e de publicidade; -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação:-----

1. A proposta de retificação da designação da proposta aprovada em reunião de Câmara havida no dia 09 de fevereiro de 2024, devendo a designação passar a ser “Regulamento Municipal para Ocupação de Espaço Público e Publicidade na Área do Município da Guarda”, alterando o seu âmbito por agregação do Regulamento 19/2013.-----

2. Que com após a entrada em vigor do documento ora proposto se proceda à revogação do Regulamento de Publicidade 19/2013.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É apenas uma correção do nome.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 2 - Constituição do Direito de Superfície a Favor da ACRIGUARDA - Associação de Criadores de Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho

da Guarda - Alteração da Deliberação da Câmara Municipal de 9 de outubro de 2023.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 713/2024

Mandato 2021/2025

Considerando: -----

a) O parecer jurídico em anexo, solicitado em face dos lapsos detetados no relatório de avaliação datado de 11 de setembro de 2023, e elencados no mesmo, bem como as respetivas conclusões, com as quais se concorda; -----

b) As deliberações já anteriormente tomadas pela Câmara Municipal da Guarda relativamente ao assunto em presença, designadamente a deliberação de 9 de outubro de 2023; -----

c) O relatório de avaliação, entretanto corrigido, e que junto se anexa, com data de 6 de fevereiro de 2024; -----

d) Que em face do referido parecer, e como resulta das disposições do “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público” instituído pelo Decreto Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, em conjugação com a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, importa sanar algumas questões do procedimento, designadamente no que concerne à escolha do mesmo e respetiva fundamentação (ajuste direto), bem com ainda ao prazo de constituição do direito de superfície e respetiva onerosidade, e neste sentido, proceder à alteração da deliberação de 9 de outubro de 2023; -----

Considerando-se ainda: -----

e) Que a parcela objeto da constituição do direito de superfície se integra no domínio privado do Município da Guarda; -----

f) Que o Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais podem constituir o direito de superfície sobre bens imóveis integrantes do seu domínio privado para a prossecução de finalidades de política pública de solos, nos termos da lei, e que o direito de superfície é, em regra, constituído a título oneroso; -----

g) Que o procedimento de ajuste direito utilizado pela câmara Municipal para a designação do superficiário pode ser adotado por razões de excecional interesse público, devidamente fundamentado;-----

h) Que, conforme decorre do teor da deliberação do Órgão Executivo de 9 de outubro de 2023, o direito de superfície em causa é constituído tendo em vista, exclusivamente, a construção de “um Centro de Leilão/Feira e Exposição de Gado, para potenciar a dinamização económica, social e cultural do Concelho da Guarda”, atendendo a que se trata de razão de excecional interesse público, considerando-se que constitui razão e fundamento suscetível de integrar o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, -----

i) Que de acordo com o previsto no artigo 2.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, constituem os fins da política pública de solos, valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas; --

j) Que, de acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, constitui competência da Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; -----

k) Que a constituição do direito de superfície sobre bens do domínio privado das autarquias locais, é, em regra, constituído a título oneroso;-----

l) Que, dado o prédio objeto de constituição do direito de superfície – na sua totalidade – ter o valor patrimonial (corrigido) de 5.470,63 € (cinco mil, quatrocentos e setenta euros e sessenta e três cêntimos), se encontra preenchida a condição prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto; -----

m) Que, por último, importa sanar as desconformidades verificadas entre o relatório de avaliação datado de 11 de setembro de 2023 e o deliberado na reunião do Órgão Executivo de 9 de outubro de 2023, devendo, conseqüentemente, serem adotadas as medidas tendo em vista a retificação da mesma em conformidade com o novo relatório, que junto se anexa;-----

Proponho que a Câmara Municipal, atendendo ao disposto nos artigos n.º 173.º, e n.º 121.º do CPA, delibere:-----

• Tomar conhecimento do relatório de avaliação (corrigido), quanto ao valor do imóvel sobre o qual se pretende constituir o direito de superfície e respetivo valor;

• Alterar, em conformidade com o referido relatório, a deliberação de 9 de outubro de 2023, no sentido de esta incorporar, nos termos constantes da presente proposta, a escolha do procedimento de ajuste direto adotado para a constituição do referido direito, escolha do superficiário e respetiva fundamentação; -----

• Determinar, também em conformidade com o referido relatório, que o direito de superfície será constituído a título oneroso, pelo prazo de 50 anos, e que a quantia devida pelo superficiário pela constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno com a área de 13.343,00 m2 (treze mil, trezentos e quarenta e três euros) objeto da presente proposta e à qual foi atribuído o valor de 5.470,63 € (cinco mil,

quatrocentos e setenta euros e sessenta e três cêntimos), será de 2.735,32 € (dois mil setecentos e trinta e cinco euros e trinta e dois cêntimos). -----

• Promover a audiência prévia do interessado, notificando-o para que, no prazo de 10 dias, se pronuncie de forma escrita sobre a respetiva proposta de decisão.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 3 - Aquisição de Dois Prédios Urbanos Localizados no Centro Histórico da Guarda com a Aprovação das Minutas de Contratos de Promessa de Compra e Venda e Outorga das Escrituras Públicas. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 715/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

• No quadro da Nova Geração de Políticas de Habitação, aprovado pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, foi criado um novo programa de apoio público, o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que é um programa do Governo, gerido pelo Instituto da Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU), que visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para famílias que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada; -----

• No âmbito do programa 1.º Direito, o Município da Guarda pretende adquirir dois prédios urbanos, localizado no Centro Histórico da Guarda, que podem ser financiados até 100%, através de candidatura ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência);-----

• A escritura de compra e venda, só poderá ser concretizada, se e após a aprovação do financiamento requerido por esta autarquia; -----

• Os prédios urbanos, acima referido, têm relatório de avaliação, elaborado por um Perito Avaliador devidamente habilitado para o efeito, anexo à presente proposta; -

• Os valores de aquisição dos mencionados prédios têm cabimento na rubrica orçamental 0102 07010202 e GOP 2.4.1 2024/20 – Aquisição de Habitações Sociais.

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que o Órgão Executivo, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere aprovar as minutas dos Contratos de Promessa de Compra e Venda, que se anexam, referentes à aquisição dos prédios urbanos que a seguir se identificam:-----

1. O prédio urbano, destinado a habitação, sito na Rua da Fraternidade n.º 23, 25 e 27, freguesia e concelho da Guarda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 2650, da freguesia da Guarda (Sé), concelho da Guarda e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 818, da freguesia da Guarda, pelo valor de €100.000,00 (cem mil euros); -----

2. O prédio urbano, destinado a habitação, sito na Rua da Fraternidade n.º 9, 11 e 13, freguesia e concelho da Guarda, descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o n.º 3645, da freguesia da Guarda (Sé), concelho da Guarda e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 812, da freguesia da Guarda, pelo valor de €70.000,00 (setenta mil euros); -----

3. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, competência para outorga dos Contratos de Promessa de Compra e Venda e conseqüentemente competência para outorga das escrituras públicas, nos termos da cláusula terceira dos Contratos de Promessa de Compra e Venda.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É similar ao ponto da última reunião de Câmara.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu sei. Quem sou eu para estar a julgar quanto é que é, se o preço é excessivo ou se o preço não é excessivo, porque eu conheço esta zona, conheço exatamente os edifícios e que estão de facto a cair, não têm telhado e percebo que tem sido essa a política. Agora a questão é a seguinte: continuamos sem a empresa municipal de habitação, e isso foi uma decisão da Assembleia Municipal e da Vereação. Estamos a acumular, do meu ponto de vista, uma série de edifícios que sim, devemos acumular para os reabilitar e para fazer deles habitações ou instrumentos para qualquer outra atividade, mas têm que ser feitos. O meu voto é favorável, mas julgo que tem que se avançar na concretização daquilo que são as nossas opções relativamente à habitação na Guarda.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “A favor.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, tal como na última reunião de Câmara são contratos promessa com um prazo específico para podermos fazer as candidaturas. Agora, aquilo que mais nos está a preocupar sabe o que é? É o atraso do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana na resposta, porque é um atraso colossal. Não é só a Guarda que se queixa, se fosse só a Guarda, aí estaríamos mal, mas continuamos a estar mal na mesma, porque de facto é todo o país que se está a queixar da falta de capacidade de resposta, da parte do IHRU, e que esperemos que não coloque em causa muitos investimentos ao longo do país, particularmente ao nível da habitação.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor.-----

Ponto 4 - Proposta de Atribuição de Apoio para a Realização do IFMAR World Cup 1/8 Electric Off Road.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 20/2024

Mandato 2021/2025

Tendo em conta que: -----

- O reconhecimento de nível Nacional e Internacional que a Associação Cultural e Desportiva Os Beirões de Maçainhas tem mantido ao longo dos anos na modalidade de Radiomodelismo;-----

- A inevitável conexão à organização de um dos maiores espetáculos desportivos efetuados no distrito; -----

- A repercussão e mediatismo que a cidade da Guarda absorve com a realização de provas de carácter internacional; -----

- A realização de um evento desportivo de grande qualidade, com notórias mais-valias, nas mais diversas áreas, para a cidade da Guarda. -----

- O Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, prevê no número 2 do artigo 15.º que “(...) a Câmara Municipal da Guarda pode ainda deliberar a concessão de apoios a entidades que promovam uma atividade, ação ou projeto esporádico de manifesto valor cultural municipal (...)”.-----

Nesta conformidade,-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a presente proposta:-----

Ao abrigo do disposto da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação vigente, propõe-se conceder um apoio financeiro de 10.000,00€ (dez mil euros), à Associação Cultural e Desportiva Os Beirões de Maçainhas para organização do IFMAR WORLD CUP 1/8 ELETRIC OFF ROAD. -----

O apoio financeiro supra identificado encontra-se devidamente cabimentado na rubrica 0102040701, GOP 1112023/5007.-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “O que eu tenho para dizer em relação ao ponto quatro é o que tenho para dizer em relação ao ponto cinco. Voltamos sempre à mesma situação. Nós não temos aqui nenhum pedido de apoio. Temos aqui a atribuição de 10 mil euros para “Os Beirões” e 2 mil euros para o grupo de karaté. Ora bem, a verdade é que está tudo instruído sim senhor, temos dinheiro está tudo feito, mas o que é que foi pedido?-----

Isto é um ponto que nós, Partido Socialista, sistematicamente chamamos à atenção e sistematicamente pedimos para que isto seja devidamente instruído e devidamente organizado. Portanto, eu peço ao senhor Presidente para fazer o favor de me fazer chegar, antes do fim da reunião, os email’s que instruem este pedido para poder votar.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, já se vai verificar isso. No ponto quatro, foi aprovada esta verba nos apoios para dois mil e vinte e três, só que em dois mil e vinte e três, acabou por não se realizar e passou para dois mil e vinte e quatro. Portanto, é exatamente o mesmo montante, a mesma atividade, a mesma verba que foi proposta em dois mil e vinte e três. O mesmo a dizer em relação ao ponto cinco, como me está a dizer o senhor Vereador. São eventos anuais e, portanto, como eles

vão ter que se realizar já num curto espaço de tempo, pode às vezes não termos aqui para aprovação o plano geral dos apoios às associações. Daí eles terem vindo já, mas dar-lhe esta nota que é exatamente o valor que já tinha sido aprovado em dois mil e vinte e três. No caso do ponto quatro, não chegou a ser realizada a prova e transita para o ano de dois mil e vinte e quatro, a verba é a mesma, mas tem que haver nova aprovação naturalmente. É o mesmo evento que agora se propõe para dois mil e vinte e quatro.”-----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Eu não parto do princípio que as pessoas estão a tentar fazer uma trapaceirada qualquer para nos enganar, não é isso que eu estou a dizer. Agora há normas, todos estes pedidos têm que ter as normas, têm que estar instruídos do pedido. Isto tem sido a prática corrente: estas propostas não vêm instruídas daquilo que é o pedido das associações. Partindo do princípio que tudo isto é transparente e eu acredito que o seja, mas quero que os pedidos façam parte de todas as propostas que venham aqui. Considero que é elementar, que é uma forma transparente e clara das coisas funcionarem.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Muito bem. Eu peço aos serviços para depois fazerem chegar aos senhores Vereadores. Eu não sei se para o ponto quatro é necessário, pois já havia o pedido do ano passado e transitou para este ano. Está a ver o controlo que nós fazemos, senhora Vereadora? Nós não pagamos por antecipação à realização do evento, no caso concreto do ponto quatro. Não se realizou no ano passado, não se pagou, pura e simplesmente. Por isso, é que transita para o ano de dois mil e vinte e quatro.”-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Senhores Vereadores?”-----

- Carlos Monteiro, Vereador: “Atendendo à questão que foi suscitada. A primeira questão: o pedido é feito à Câmara, não é ao Presidente da Câmara, nem o Presidente

da Câmara defere nada, defere a Câmara. Portanto, a instrução correta do processo justifica que a Câmara tenha conhecimento do pedido. Ainda assim, e não levantando nenhum obstáculo à questão de ter sido feito o pedido no ano passado, não haveria nenhum impedimento e seria até oportuno que houvesse um pedido para dois mil e vinte e quatro, mas atendo à explicação que o senhor Presidente referiu, nós não colocamos obstáculos à votação favorável, mas o processo deve estar devidamente instruído, porque é a Câmara que decide.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Os serviços enviarão por email o pedido que existir sobre o ponto cinco, porque o ponto quatro foi a atividade que transitou, até porque a Câmara da Guarda é parceira nesta atividade. Sim, senhora Vereadora?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, é evidente que ninguém quer prejudicar estas associações, é evidente que todos queremos que as coisas funcionem, mas reitero, novamente, eu agradeço que me faça chegar isso e sempre que eu peço tem chegado, não tenho nada a dizer sobre esse assunto. Agora, por favor, tomem a devida atenção para que cada vez que venha um pedido destes, seja instruído de tudo aquilo que tem que ser anexado ao processo.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O seu sentido de voto?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu vou abster-me por esta razão que disse, e no próximo também, pela mesma razão, para marcar esta posição.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Votamos a favor.”-----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes, Rui Melo, Carlos Monteiro, Lucília Monteiro, Vítor Amaral e uma abstenção da senhora Vereadora Adelaide Campos. -----

Ponto 5 - Proposta de Atribuição de Apoio para a Realização do Campeonato Nacional da Federação Portuguesa de Karaté - Fase Regional Centro/Norte - Infantil, Iniciado e Juvenil.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 19/2024

Mandato 2021/2025

Tendo em conta que: -----

- As condições técnicas de excelência que o Pavilhão Desportivo Municipal S. Miguel reúne para a promoção de eventos na modalidade de Karaté;-----
- A realização de uma prova de âmbito nacional que se traduz em valorização desportiva para a cidade da Guarda;-----
- A realização deste campeonato nacional de karaté, traduz-se numa notórias mais-valias, nas mais diversas áreas, para a toda região;-----
- O Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, prevê no número 2 do artigo 15.º que “(...) a Câmara Municipal da Guarda pode ainda deliberar a conceção de apoios a entidades que promovam uma atividade, ação ou projeto esporádico de manifesto valor cultural municipal (...)”.-----

Nesta conformidade, -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a presente proposta:-----

Ao abrigo do disposto da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação vigente, propõe-se conceder um apoio financeiro de

2.000,00€ (dois mil euros), à Associação de karaté Shotokan da Guarda para organização do Campeonato Nacional da Federação Portuguesa de Karaté-Fase Regional Centro/Norte - Infantil, Iniciado e Juvenil. -----

O apoio financeiro supra identificado encontra-se devidamente cabimentado na rubrica 0102040701, GOP 1112023/5007.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com seis votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes, Rui Melo, Carlos Monteiro, Lucília Monteiro, Vítor Amaral e uma abstenção da senhora Vereadora Adelaide Campos. -----

Ponto 6 - Manutenção e Conservação de Jardins e Espaços Verdes na Zona Urbana da Guarda - Lote 1 - Autorização de Subcontratação do Concurso Público N.º 277/2023. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 712/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Em vinte e oito de fevereiro de 2024, a empresa Viamapa - Serviços de Topografia, Lda., solicitou a subcontratação de parte dos serviços contratados, nos termos do ponto 1, da cláusula 5ª do caderno de encargos. A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação exigidos na fase de formação do contrato, conforme artigo 318º do Código dos Contratos Públicos. ----

Após notificação para apresentação dos mesmos, o Subcontratante apresentou os documentos de habilitação solicitados, os quais já se encontram validados pela Gestora do Contrato. -----

*Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----
Autorizar a subcontratação em causa nos termos do artigo 319º do Código dos
Contratos públicos, à empresa Bruno Pina, Unipessoal, Lda. com o NIF 517 998
050.” -----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu não sei como é que estas coisas ...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O ponto seis, eu próprio questionei se teria que vir à
Câmara ou não. Aquilo que os serviços referem é que como foi uma contratação
aprovada pela Câmara, isto não é uma cessação da posição contratual, não. É uma
subcontratação.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu tenho sempre alguma...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Eu não tenho dúvidas nenhuma sobre isto. Isto está
dentro do espírito da Lei, mas o que dizem é que tem que vir a Câmara.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Ele já veio à Câmara, já foi aceite e, portanto,
agora é uma subcontratação. Eu voto favoravelmente.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 7 - Prestação de Serviços de Limpeza nos Diversos Edifícios do Município
da Guarda - Decisão de Adjudicação do Concurso Público N.º 25/2024. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 710/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Em quinze de março de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de
Análise de Propostas, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos.

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

• *Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso publico “Prestação de serviços de limpeza nos diversos edifícios do Município da Guarda” á Empresa Limparoma, Ld.ª no valor de 501.772,48€ (quinhentos e um mil setecentos e setenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor com um prazo de execução de 2 anos.-----*

• *Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 8 - Execução e Manutenção de Infraestruturas Hidráulicas e Pavimentações no Concelho da Guarda 2022/2023 - Prorrogação de Prazo. ----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 711/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que,-----

1 – A empreitada de obra pública foi adjudicada à firma Samuel Augusto, Lda., pelo valor de 136.462,00€+IVA e com um prazo de execução de 365 dias, sendo o termo final do contrato no dia 26 de fevereiro de 2024;-----

2 – Em 26.02.2024, foi solicitado pelo adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução por mais 60 dias, apresentando para o efeito novos plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro, justificando o atraso dos trabalhos devido às condições climáticas adversas que não permitiram a execução dos trabalhos, bem como o atraso por parte de alguns fornecedores na entrega de materiais necessários à realização da empreitada; -----

3 – Conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, verificaram-se transtornos no planeamento e desenvolvimento normal dos trabalhos, atendendo às condições climáticas que se fizeram sentir no decorrer da empreitada, bem como a dificuldade em adquirir determinados materiais.-----

Considerando ainda que,-----

4 – A firma encontra-se no local a dar continuidade aos trabalhos para conclusão dos mesmos; -----

5 – Ao Município da Guarda incumbe o poder-dever de salvaguardar o interesse público da boa execução e do respetivo dispêndio de dinheiros públicos;-----

6 – Circunstâncias que, todas elas ponderadas, impõem ao Município da Guarda o dever de reponderar o plano de trabalhos, devendo conseqüentemente, o empreiteiro proceder ao ajustamento do plano de trabalhos, nos termos estritamente necessários à execução dos trabalhos em falta que não foi possível executar.-----

Reportando ao atrás descrito e atendendo à informação da fiscalização da obra em anexo, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

– Aprovar o novo plano de trabalhos e cronograma financeiro propostos pelo empreiteiro e respetiva prorrogação graciosa de prazo por mais 60 dias, até ao dia

24 de abril de 2024, de acordo com o disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de excecutoriedade imediata. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi. -----